

RESENHA

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. (1986) **Línguas Brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Edições Loyola.

Gabriela Linhares
Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, LALLI, Universidade de Brasília,
Brasília, DF, Brasil

Suseile Andrade Sousa
Laboratório de Línguas e Literaturas Indígenas, LALLI, Universidade de Brasília,
Brasília, DF, Brasil

A obra é um clássico da literatura linguística sobre as línguas indígenas do Brasil. Construída a partir de uma série de artigos científicos publicados em 1982, 1983 e 1984 no jornal mensal *Porantim*, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Aryon D. Rodrigues ensina, de forma acessível e a um público diversificado, tanto para leigos quanto para estudiosos dos povos indígenas, de modo geral, passos básicos e fundamentais para o conhecimento científico dessas línguas, apresentando-as, segundo sua distribuição em famílias e troncos linguísticos. Nessa obra, Rodrigues delinea um panorama sobre a história das línguas indígenas brasileiras, sempre com o intuito de esclarecer as diferenças entre elas, por meio de seus traços tipológicos, os quais são também focalizados como fenômenos únicos encontrados em línguas deste hemisfério, até então pouco conhecidos dos linguistas descritivistas e históricos. Rodrigues fundamentou seu estudo em dados de trabalhos de campo realizados por ele, assim como em dados registrados e analisados por outros linguistas, antropólogos e linguistas missionários. Trata-se do livro que melhor e primeiro sistematizou a organização das línguas indígenas brasileiras por critérios genéticos, já que essas línguas figuravam nos estudos precedentes diluídas nos panoramas das línguas Sul Americanas de forma geral. A relevância desse trabalho é ímpar, pois é o primeiro a focalizar também a rica diversidade linguística existente no país, chamando a atenção para a necessidade de sua salvaguarda, assim como para a manutenção dos povos falantes dessas línguas.

O Livro é organizado contendo uma introdução e dez capítulos. A introdução apresenta os propósitos do livro, dentre os quais o de divulgar o conhecimento sobre as línguas indígenas brasileiras, assim como o de pôr em relevo aspectos culturais dos povos que as falam, pontuando a distribuição

geográfica de cada língua e o número de falantes de cada uma delas. Na introdução do seu livro, Rodrigues também explica a escrita utilizada para as línguas, a qual resultou da convenção promovida pela Associação Brasileira de Antropologia, em 1953.

No Capítulo 1, intitulado “As línguas indígenas”, Rodrigues observa que estas são, assim como as línguas europeias, por exemplo, manifestações da mesma capacidade de comunicar-se pela linguagem; ressaltando que “embora constituídas a partir de princípios e propriedades comuns, as línguas estão sujeitas a grande número de fatores de instabilidade e variação, que determinam nelas forte tendência à constante alteração” (p. 17). Mostra, também, que essa instabilidade é decorrente da necessidade de ajuste pelos membros de uma comunidade para tornar a comunicação “explícita e, quanto possível, fácil” (p. 18). Nesse viés, o autor aborda situações em que um povo se cinde, gerando as condições para diversificação linguística de uma língua original, e dá ênfase aos estudos comparativos, aos quais devotou mais de 70 anos de sua existência. O capítulo 1 é uma importante introdução que permite o leitor conhecer os diferentes tipos de estudos necessários para o conhecimento linguístico das línguas indígenas.

No capítulo 2, dedicado à família Tupí-Guaraní, Rodrigues funda-se principalmente nos seus estudos sincrônicos e diacrônicos sobre línguas desse agrupamento genético, apresentando uma classificação interna dessa família. Já em uma visão distinta do que até 1984 havia sido chamado de família Tupí-Guaraní, tratou-a em capítulo separado, embora pertença ao tronco linguístico Tupí, tema do Capítulo 3; momento em que o autor aborda a constituição desse tronco, destacando a sua complexidade e, ao mesmo tempo, sua homogeneidade.

No capítulo 4, trata do tronco Macro-Jê, que tem como sua mais numerosa representante a família linguística Jê. Nesse capítulo, Rodrigues, com sua sábia cautela, deixa claro que os estudos sobre o tronco Macro-Jê ainda não trazem evidências suficientes para uma asserção sobre a ligação de famílias ou línguas ao tronco, há apenas indícios dessa filiação.

No capítulo 5, o autor trata da família Karíb, em que são sublinhados percursos geográficos feitos pelos povos falantes dessas línguas e os diferentes processos de colonização que sofreram, inclusive por culturas não-ibéricas. Retoma, então, não só uma discussão sobre o contato linguístico entre povos Karíb e Tupí-Guaraní, mas também com os Aruák, principalmente ao norte do rio Amazonas.

O capítulo 6 trata das famílias Aruák e Arawá. É pela primeira vez que se propõe a separação dessas duas famílias, consideradas, até então, como

pertencentes ao mesmo agrupamento genético. À época da publicação, Rodrigues observou que muitos estudos referentes às línguas Aruák vinham sendo feitos, mas que, pouco se sabia sobre a relação existente entre as línguas Aruák, pela insuficiência de estudos comparativos sobre as mesmas.

O capítulo 7 aborda que as 5 famílias com o menor número de línguas, que não fazem parte de nenhum grande agrupamento, encontram-se ao sul do Estado do Amazonas. Segundo Rodrigues, são línguas que formam um arco que condiz com as fronteiras do Brasil mais afastadas. Para o autor, a família Guaikurú possui o Kadiwéu e o Toba como línguas mais conhecidas dessa família, entretanto, diante de uma pequena amostra lexical, essas duas línguas não compartilham entre si palavras para estabelecer parentesco mais plausível. Ao que se refere à família Nambikwará, são focalizados alguns de seus aspectos tonais. A família Txapakurá é apresentada como, até então, pouco conhecida, mas já com estudos desenvolvidos por missionários sobre uma das línguas dessa família. Nesse âmbito, ainda são tratadas as famílias Pano, Múra e Nambikwára.

O capítulo 8 trata das pequenas famílias Tukánu, Makú e Yanomámi, situadas ao norte do rio Amazonas, mas que, como observa Rodrigues, não possuem filiação genética com línguas da família Tupí-Guaraní, nem com a família Karíb e nem com a família Aruák, tendo todas essas famílias membros ao norte desse mesmo rio. O autor destaca que, dentre essas três famílias, a família Tukánu é a que possui maior número de línguas e as semelhanças entre elas é muito grande; dado que, entre outros fatores, a língua Tukánu tem uma grande importância como língua de comunicação, sendo ela língua franca, ou seja, a que possui mais difusão na área. Rodrigues esclarece, também, que na área do Uaupés há um multilinguismo muito interessante e que esse caso contribui com diferentes ciências, dentre elas a Antropologia, a Psicologia e a Educação. Essa colocação referente à Educação tem um ponto muito forte, segundo o autor, permite entendermos que é preciso sempre pensar essas questões não somente ao que é diferenciado, mais também ao que é específico, ou seja, uma educação diferenciada nessa área precisa do suporte específico, pois enquanto educação escolar indígena são diferentes línguas, diferentes povos, diferentes culturas.

Rodrigues faz menção a línguas isoladas no capítulo 9. Descreve-as como línguas que não evidenciam parentesco genético com nenhuma outra língua. “Em certo sentido, as línguas isoladas representam tipos lingüísticos únicos, em contraste com as línguas de uma família, cujas características básicas se reencontram em outras línguas da mesma família” (p. 93). Nesse capítulo, o autor fala sobre a importância e, de certa forma, a urgência em salvaguardar as línguas indígenas, pois, quando uma língua morre, perde-

se uma infinita riqueza de conhecimentos que fazem parte do patrimônio cognitivo da humanidade.

O último capítulo é dedicado às línguas gerais: a língua Geral Paulista e a Língua Geral Amazônica ou Nheengatú, ambas desenvolvidas a partir do Tupinambá, falado na costa do Brasil, nos séculos XVI e XVII, a partir da aproximação entre as índias Tupinambá e os europeus.

Como bem colocou Ruth Maria Fonini Monserrat (1985) ao prefaciá-la a primeira edição da obra em pauta, Rodrigues apresenta argumentos para a “importância e urgência do estudo das línguas indígenas brasileiras”, no momento político da época que foi precedendo a construção da Carta Magna de 1988, vindo a obra de Rodrigues clamar pelo “reconhecimento jurídico, institucional, da pluralidade cultural e linguística da nação, e a formulação clara dos direitos e deveres que tal reconhecimento implica (MONSERRAT, 1985).

Embora o conhecimento linguístico sobre as línguas indígenas brasileiras tenha sido ampliado significativamente, em grande parte, em decorrência da obra de Rodrigues **Línguas Brasileiras: Para o Conhecimento das línguas Indígenas** continua sendo fundamental para todos aqueles que querem conhecer as línguas nativas do Brasil.